



ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ ESTADUAL DA RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA - BAHIA

1 Às nove horas e trinta minutos do dia 26 de Agosto do ano de 2020, na plataforma digital,
2 ocorreu a 4ª reunião do Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica – Bahia /
3 CERBMA-BA. Estiveram presentes os membros abaixo listados e convidados para
4 discutirem a seguinte pauta: 1. Leitura e aprovação da Ata da reunião anterior –
5 encaminhada por e-mail; 2. Apresentação da Situação das Unidades de Conservação da
6 Mata Atlântica (Plano de Manejo, Zoneamento, Conselho Gestor, Infraestrutura) –
7 SEMA/INEMA; 3. Aprovação do Regimento Interno: 3.1. Contribuições dispositivo para
8 criação de Subcomitês; 4. Aprovação do Planejamento do CERBMA-BA; 4.1. Calendário
9 reuniões 2020; 5. Aprovação de moções encaminhadas na reunião anterior; 6. Outros
10 informes; 7. O que ocorrer. A reunião iniciou com a Sra. Miriã, representante da
11 SECEX/SEMA explanando sobre o momento atual da Pandemia e o retorno das reuniões de
12 forma online. Na sequência é passada a palavra para a Sra. Adriana de Castro,
13 Representante do Subcomitê RBMA do Litoral Norte - INEMA/Coordenadora do CERBMA-
14 BA, que agradeceu a Secretaria Executiva dos Colegiados pela organização das reuniões,
15 agradeceu também, a presença dos membros do Comitê e aos demais presentes. Em
16 seguida colocou-se em aprovação o **1º Ponto de Pauta - Votação a Ata da 3ª Reunião do**
17 **CERBMA-BA**, que ocorreu no dia 12 de Março do ano em curso, a qual foi **Aprovada**.
18 Passou-se então para **2º Ponto de Pauta, Apresentação da Situação das Unidades de**
19 **Conservação da Mata Atlântica** (Plano de Manejo, Zoneamento, Conselho Gestor,
20 Infraestrutura) – SEMA/INEMA, que foi apresentado pelos servidores Luis Araújo, técnico da
21 Superintendência de Inovação e Desenvolvimento Ambiental - SIDA/SEMA e Jeanne Sofia
22 Tavares Florence da Diretoria de Sustentabilidade e Conservação/ INEMA. Durante a
23 apresentação foram registradas informações sobre as unidades de conservação inseridas no
24 Bioma Mata Atlântica como quantidade de UC, categorias, conselho gestores, plano de
25 manejo, entre outras informações. Renato Cunha do Gambá/Vice Coordenador do
26 CERBMA esclareceu que a proposta de conhecer mais sobre o assunto é para que o
27 CERBMA-BA possa avaliar a melhor forma de contribuir com as UCs da Bahia. Foram feitas
28 perguntas sobre a metodologia a ser utilizada para desenvolvimento de planos de manejo, a
29 presença de gestores em cada UC, quais conselhos gestores estão ativos sendo solicitado o
30 envio das convocações das reuniões e suas atas dos últimos 2 anos; sobre os planos de
31 manejo, quais unidades estão com recursos garantidos para seu desenvolvimento. Nas



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
Secretaria do Meio Ambiente - SEMA
COMITÊ ESTADUAL DA RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA - BAHIA



32 respostas ficou registrado que a metodologia utilizada para o estado da Bahia é semelhante
33 à adotada pelo ICMBio e que os gestores podem ser técnicos nomeados ou também
34 técnicos das regionais e ou parceria com Municípios. Sobre o zoneamento da APA Joanes
35 Ipitanga foi registrado que o Termo de Referência já está na SEMA em fase de avaliação. O
36 Sr. Moacir Santos Tinoco - Universidade Católica do Salvador – UCSAL registra que existe
37 inúmeras instituições trabalhando a temática Unidade de Conservação, sendo proposto a
38 criação de um Observatório de Unidades de Conservação para o Estado da Bahia. O Sr.
39 Fábio Braga – Prefeitura de Mata de São João aproveita para registrar a necessidade de
40 melhorias na política ambiental para o estado que sofre com a emissão de autorizações de
41 áreas imensas de supressão de vegetação inclusive dentro de Mata Atlântica. A Sra. Márcia
42 do Instituto Baleia Jubarte registra que uma Unidade de Conservação do sul da Bahia,
43 apresentada como conselho gestor em atividade, não está tendo reuniões. Sr. Galvão da
44 FIEB registra que é preciso melhor ordenamento para não haver superposições de
45 atuações, com atuações mais na ponta, onde as coisas realmente acontecem. Sra. Juçara
46 da SINDUSCOM registra o desenvolvimento de Plano de Revitalização da Mata Atlântica no
47 COMAM. O Sr. Miguel Accioly, professor da UFBA e convidado para a reunião registra a
48 desarticulação da gestão ambiental como um todo no estado da Bahia, enfraquecendo a
49 gestão das unidades de conservação, a qualidade das discussões dentro dos conselhos.
50 Falou ainda sobre o conflito de gestão no Parque Metropolitano do Abaeté e São
51 Bartolomeu. Disse que a impressão que tem é que a gestão prioriza o Parque Metropolitano
52 e que não existe Conselho. Registrou que a própria gestora quando faz às reuniões fala que
53 o conselho é do parque mas sabemos que é da APA Lagoas e Dunas do Abaeté, que esta
54 instituindo o todo e esse tipo de situação faz com que a gestão das Unidades seja pouco
55 efetiva. Concluiu reforçando que o processo de elaboração do Plano de Manejo pela
56 metodologia do ICMBIO não é mais realizada apenas com participação dos analistas do
57 ICMBIO, mas também com participação local que contribui com o conhecimento ecológico
58 da população e dos pesquisadores locais, ou seja, ela prioriza o conhecimento que já existe
59 naquele território, seja pelos pesquisadores, seja pela população e os analistas coordenam
60 essa participação. Sra. Adriana Castro agradeceu a fala de Sr. Miguel Accioly e registra ser
61 triste saber que existem Conselhos no nível relatado. Sra. Máira se apresentou informando
62 que é pesquisadora na área de Águas e Clima, que trabalha com formação ambiental e tem
63 acompanhado algumas questões relacionadas a algumas Unidades de Conservação, bem
64 como integrante do movimento “Jaguaribe vive” em Salvador. Reforçou a efetividade da



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
Secretaria do Meio Ambiente - SEMA
COMITÊ ESTADUAL DA RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA - BAHIA



65 participação social na Gestão Ambiental, que é necessário avançar não só como uma escuta
66 de opinião pública, mas como um processo de qualificação das capacidades. Disse que no
67 âmbito da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, que muitas Unidades foram criadas, antes
68 mesmo da promulgação da Lei da Mata Atlântica, no sentido de salvaguarda esse território.
69 Mencionou a questões de outros biomas como Cerrado e Caatinga que estão sofrendo uma
70 crise imensa e que também por outro lado refletem na própria Costa, em termos de
71 disponibilidade hídrica e outras questões econômicas. Reforçou a necessidade que essas
72 Unidades de Conservação sejam geridas, planejadas de uma forma que some e torne mais
73 efetivo o cumprimento da lei da Mata Atlântica, que atualmente esta sendo colocada como
74 uma discussão a nível Nacional. Sr. Breno Pessoa Informou que foi elaborado um formulário
75 através do CIEA para ser encaminhado ao Departamento das Unidades de Conservação
76 como uma proposta de cadastro referente a Educação Ambiental nas Unidades de
77 Conservação, com objetivo de entender que tipo de atividades estão sendo desenvolvidas e
78 quais problemas estão encontrando. Falou do quanto é interessante a questão do
79 Observatório e que enxerga como elemento de uma geração de recursos de renda para
80 dentro da própria Unidade de Conservação, para fazer ela funcionar. Falou sobre o Parque
81 do Conduru que é Unidade de Conservação que tem uma vocação política importante e que
82 é possível conseguir ter recursos nas atividades para a própria Unidade de Conservação.
83 Lembrou que não se consegue fazer que um Turista seja financiador da própria Unidade de
84 Conservação em função da burocracia que existe. Colocou a questão da especulação
85 Imobiliária que vai degradando as Unidades de Conservação na costa e quem está na linha
86 de frente para lidar com isso são as prefeituras menos estruturadas, que acabam não dando
87 conta de resolver o impacto dessa ocupação do solo, e que ver isso acontecendo na região
88 de Itacaré, Morro de São Paulo e agora Serra Grande, que começa essa especulação no
89 Porto Sul mobiliária. Luiz Araújo/SEMA voltou a fazer uso da palavra concordando que a
90 efetividade da Unidade de Conservação não esta limitada aos instrumentos legais que a
91 constituem, que é necessário partir para a ação, que o esforço do estado é grande e poucos
92 os técnicos para atuação na demanda. Que um dos grandes trunfos do plano de manejo da
93 metodologia do ICMBIO é a participação social que é muito grande, ativa, e fundamental na
94 participação das oficinas de construção. Falou que as informações fogem um pouco daquele
95 diagnóstico de fontes primárias valorizando muito mais o conhecimento da comunidade
96 envolvida. Qualificar a participação social e permitir que eles possam agir mais ativamente
97 na gestão das Unidades de Conservação, na construção dos planos de manejo, não só na



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
Secretaria do Meio Ambiente - SEMA
COMITÊ ESTADUAL DA RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA - BAHIA



98 parte de conselho gestores. Disse que existe um papel importante das Unidades de
99 Conservação no cumprimento da Lei da Mata Atlântica, e que isso se reflete muito nas
100 normas e regulamentos nas Unidades de Conservação, que muitas precisavam ser vistas.
101 Falou que os Planos de Manejo têm um papel muito importante na identificação das
102 potencialidades, tanto para o uso público e outras questões, valorização das comunidades
103 que lá habitam protegendo e ajudando até os municípios nessas questões relacionadas a
104 renda da comunidade. Jeanne Sofia Tavares Florence – DISUC/INEMA reforçou a
105 necessidade de refletir, mas também de concretizar as contribuições que foram trazidas no
106 nosso dia a dia na gestão das Unidades Conservações. Disse que recentemente existe uma
107 preocupação muito mais com a reestruturação da coordenação, em relação a educação
108 ambiental que realmente fazemos ações pontuais. Colocou que as Unidades de
109 Conservação são territórios, onde a educação ambiental é um laboratório do cidadão, da
110 sociedade que passam por ali e que temos uma representação bastante experiente. Disse
111 que o Parque Estadual do Conduru também está no nosso foco e que estamos buscando
112 como viabilizar financeiramente a questão da regularização ambiental. Agradeceu a
113 oportunidade de estar na reunião do Comitê, reforçando que coloca toda energia buscando
114 colaborar e melhorar as Unidades de Conservação no Estado da Bahia. Em seguida,
115 Adriana Castro , Coordenadora do CERBMA, agradeceu em nome do Comitê a presença do
116 Luís e de Jeanne que trouxeram contribuições em relação as temáticas de Unidades de
117 Conservação e as atribuições da SEMA e do INEMA. Renato Cunha/GAMBA, fez uso da
118 palavra e solicitou as apresentações feitas no PowerPoint e que, se possível, com
119 complementações que foram sugeridas, ficando acordado que Adriana Castro,
120 Coordenadora do CERBMA encaminhasse as sugestões de complementação que foram
121 feitas para atualização da planilha das apresentações e na semana seguinte Luiz e Jeanne
122 devolveriam a versão atualizadas. No turno da tarde passou-se a apresentação o **3º Ponto**
123 **de Pauta - Aprovação do Regimento Interno:** 3.1. Contribuições dispositivo para criação
124 de Subcomitês, deixando claro que já se trabalhou o Regimento Interno em três reuniões, o
125 que não significa dizer que a aprovação se dá na presente reunião. Miriã Caetano -
126 SECEX/SEMA fez uso da palavra informando sobre os encaminhamentos referentes ao
127 Regimento Interno, que após análise da Assessoria Especial da SEMA, retornou com o
128 despacho informando que o Comitê terá que ficar adstrito ao Decreto e a Lei, não podendo
129 fazer inovação. Em seguida a mesma leu o referido Despacho da Assessoria Especial da
130 SEMA. Lembrou que a Minuta do Regimento Interno já teria sido alterada de acordo com as



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
Secretaria do Meio Ambiente - SEMA
COMITÊ ESTADUAL DA RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA - BAHIA



131 sugestões pontuadas no Despacho da Assessoria Especial, e que essa Minuta já foi enviada
132 para os membros do comitê. Recomendou que como já houve avaliação da Assessoria
133 Especial, que não se altere muito o texto para que não extrapolem o que já foi analisado.
134 Adriana Castro/ Subcomitê do Litoral Norte- INEMA voltou a fazer uso da palavra e ressaltou
135 a falta de redação sobre a criação dos subcomitês e faz a leitura de uma redação como
136 proposta para ser inserida na minuta do Regimento Interno. Luis Galvão/FIEB apresentou
137 uma contribuição para a minuta do texto de criação dos subcomitês. Ele apontou que a
138 redação não deve ser somente art. 20 e parágrafo único, que deve ter mais parágrafos que
139 mostrem a importância, definição de um subcomitê com critérios, delimitação da área do
140 subcomitê, nome do acidente geográfico mais importante para que essas informações/
141 elementos não fiquem “perdidas”. Adriana Castro/ Subcomitê do Litoral Norte- INEMA
142 informou àquele membro que as contribuições ditas por ele constam no Decreto Estadual e
143 explicou como deve ser criado o Subcomitê e o porquê do Subcomitê ser criado de acordo
144 com o Decreto. Em seguida a minuta do Regimento Interno foi aberta e todos que estavam
145 presentes na reunião puderam visualizar o documento. Miriã Caetano/SEMA propôs que os
146 presentes olhassem cada dispositivo e solicitou uma atenção maior ao Capítulo IV – que
147 trata do Subcomitê – e dessa forma se teria o texto da minuta já validado nesta reunião. Ela
148 também propôs apenas as retificações pontuadas pela Assessoria Especial. Adriana Castro/
149 Subcomitê do Litoral Norte- INEMA por sua vez endossa a fala de Miriã Caetano-
150 SECEX/SEMA e pergunta aos membros se eles estão de acordo com a proposta feita por
151 essa. William Pickett / SETUR questionou se haverá a leitura item a item e caso tenha algo
152 para propor como melhoria se realizaria a mudança em seguida Miriã Caetano –
153 SECEX/SEMA respondeu positivamente quanto as contribuições, esclarecendo que o texto
154 lido já foi validado por reuniões anteriores, bem como passou pelo crivo da Assessoria
155 Especial da SEMA. Feito os esclarecimentos, passou-se a leitura da minuta e apontou uma
156 das retificações feita pela análise jurídica no Capítulo I, art. 2º, IX. Adriana Castro/
157 Subcomitê do Litoral Norte- INEMA por sua vez aponta que as modificações realizadas
158 naquele inciso pela análise jurídica não mudam o sentido do texto que foi redigido pelo
159 Comitê e questionou se os membros presentes se sentem contemplados com a retificação
160 realizada pela Assessoria e a resposta por eles é positiva. Em seguida realizou o aceite da
161 retificação no Capítulo II, art. 2º, II, III, XV. Enquanto no Capítulo III, art. 8º, parágrafo único a
162 Assessoria Especial apontou sobre a inexistência do parágrafo único no art. 20, bem como
163 não tratou sobre o assunto ali mencionado. Miriã Caetano/SEMA por sua vez entende que



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
Secretaria do Meio Ambiente - SEMA
COMITÊ ESTADUAL DA RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA - BAHIA



164 deverá ser inserido na minuta um parágrafo sobre as sanções que o membro do comitê
165 poderá sofrer. Luis Galvão/ FIEB fez uso da palavra e pediu que retornasse ao art. 5º,
166 parágrafo único, do capítulo supra e aponta para um possível equívoco na utilização da
167 expressão “membro nato” em vez de “membro pleno” do comitê. Miriã Caetano/SEMA
168 esclareceu que a redação questionada por Luis Galvão está em consonância com o Decreto
169 Estadual, portanto, não há que se fazer a retificação sugerida por ele. Adriana Castro/
170 Subcomitê do Litoral Norte- INEMA sugeriu que a sobredita contribuição seja encaminhada
171 para o jurídico para uma possível alteração no Decreto. Sr. Luis Galvão/ FIEB pede que
172 conste em Ata o equívoco das expressões “membro nato” e “membro pleno” já que, na sua
173 opinião, a primeira expressão foi publicada indevidamente em Decreto. Ainda sobre o tema
174 foi discutido sobre a supressão daquele parágrafo no texto do Regimento e a submissão do
175 questionamento de Luis Galvão/FIEB para o jurídico, para isso Miriã Caetano –
176 SECEX/SEMA solicitou que os presentes se manifestassem se estavam de acordo ou não.
177 Jorge Tadeu/ Bensal do Brasil - Subcomitê do Litoral Norte se manifestou com a seguinte
178 fala “mantém o texto e acrescenta o parágrafo sugerido pelo Luis Galvão”. Miriã
179 Caetano/SEMA ratificou a proposta no parágrafo anterior, bem como apresentou outra
180 proposta para votação que é: continuar com o Regimento Interno de acordo com o texto
181 disposto no Decreto Estadual que foi colocada em votação e dessa forma, com quórum
182 suficiente ficou estabelecido pela continuação do Regimento Interno sem alteração do
183 Decreto. Continuou-se com a leitura das retificações realizadas na minuta. Capítulo III, art.
184 8º, parágrafo único, houve a supressão da redação referente a sanção, com a concordância
185 dos presentes. Luiz Galvão/ FIEB apontou um equívoco na numeração dos incisos do art. 8º
186 do Capítulo III, bem como relata que após a numeração correta os incisos II, III e IV
187 necessitam de critério de seleção, sendo que isso não consta nos incisos. Adriana Castro/
188 Subcomitê do Litoral Norte- INEMA explicou que os critérios constaram no Edital de Seleção.
189 Já no que concerne ao Capítulo IV – Da Criação e Funcionamento dos subcomitês – No
190 referido capítulo a Assessoria Especial opinou que o Comitê elaborasse os requisitos de
191 criação do Subcomitê, como bem apontou Miriã Caetano/ SEMA, ela também realizou a
192 leitura do art. 3º do Decreto do qual trata dos subcomitês. Miriam sugeriu que replicasse o
193 referido naquele, Adriana concordou e sugeriu que se acrescentassem mais informações,
194 porém Renato discordou e apontou que o texto posto pela Assessoria é suficiente, pois não
195 é um tema que deve ser esmiuçado em um Regimento Interno. No entanto, Miriam explica
196 que o Decreto previu as atribuições dos subcomitês em Regimento Interno, mas propôs criar



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
Secretaria do Meio Ambiente - SEMA
COMITÊ ESTADUAL DA RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA - BAHIA



197 uma Resolução com regras e atribuições para o subcomitê. Dessa forma, ficou acordado
198 que o art. 37 do Decreto Estadual seria replicado no sobredito Capítulo, pois o Regimento
199 Interno não irá prevê as funcionalidades dos subcomitês. Luis Galvão/ FIEB opinou que para
200 além da replicação do art. 37 deverá se ter um critério de escolha do subcomitê, mas no final
201 da discussão concorda com a proposta da transcrição e posterior criação da Resolução. Luis
202 Galvão/FIEB apontou outro equívoco no § 1º do art. 39, havendo, portanto, a supressão da
203 expressão “da CONERH”. Ele também apontou que os conteúdos dos art. 17 inciso VI e 37
204 são parecidos não havendo a necessidade de se ter as duas redações no Regimento. No
205 entanto, foi explanado que naquele inciso se trata das atribuições e no art. 37 prevê quem
206 assumirá as despesas e direito a voto, portanto, não há prejuízo da manutenção das
207 redações. Renato Cunha/ GAMBA sugestiona a previsão de reuniões virtuais. Miriã Caetano/
208 SEMA explicou que a prioridade são reuniões presenciais e a virtualização foi uma exceção
209 por conta da Pandemia do COVID-19. Renato Cunha/ GAMBA por sua vez refaz seu pedido
210 com a possibilidade de virtualização das reuniões em casos excepcionais, ou seja, o que
211 Miriam explicou deveria estar previsto no Regimento Interno. Tal pedido foi aceito pelos
212 membros e será inserido o seguinte texto “a reunião do CERBMA-BA poderá ocorrer de
213 forma remota desde que referendada pela plenária do Comitê”. Luis Galvão/ FIEB
214 questionou sobre um trecho do parágrafo único do art. 4º: *Parágrafo único - O CERBMA-BA*
215 *terá caráter consultivo e propositivo quando chamado a analisar questões específicas e*
216 ***outras atribuições dos órgãos públicos e instituições privadas.*** A indagação se deu na
217 parte negritada. No entanto, foi explicado que não há problemas na redação, bem como
218 houve a replicação da redação que consta no Decreto. No entanto, Luis Galvão/ FIEB
219 mostrou que o termo “atribuições” não está adequado, Miriã Caetano/ SEMA opina que a
220 sugestão para a mudança do termo seja enviada para o jurídico juntamente com a sugestão
221 de permutas das expressões “membro nato” e “membro pleno” já discutido anteriormente na
222 mesma reunião. Miriã Caetano/ SEMA sinalizou que a SECEX encaminhará o Regimento
223 analisado na reunião será juntamente com o processo administrativo para o jurídico e
224 posterior publicação. Passou-se para o **4º Ponto de Pauta, Aprovação do Planejamento**
225 **do CERBMA-BA;** 4.1. Calendário reuniões 2020. Adriana Castro/ Subcomitê do Litoral
226 Norte- INEMA questionou se as datas postas no referido plano poderiam ocorrer ainda neste
227 ano. Foi discutido e acordado novas datas para as reuniões (07 de outubro; 11 de
228 novembro) e pautas a serem discutidas. Luis Galvão/ FIEB sugeriu para a programação do
229 calendário de 2021, o estabelecimento de meta sobre delimitação da Reserva da Mata



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
Secretaria do Meio Ambiente - SEMA
COMITÊ ESTADUAL DA RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA - BAHIA



230 Atlântica e Unidade de Conservação. Adriana Castro informou que a referida sugestão já
231 existe, bem como está disponibilizada no Mapa de Aplicabilidade da Lei da Mata Atlântica,
232 ficou acordado que o referido mapa seria um dos pontos de pauta da próxima reunião.
233 Houve um novo pedido de reajuste da data para alteração do dia da semana em vez de
234 quinta-feira ser quarta-feira havendo concordância entre os membros. Dando continuidade,
235 passou-se **para 5º Ponto de Pauta, Aprovação de moções encaminhadas na reunião**
236 **anterior**. Foi discutida a Moção referente a “nulidade da segunda licença emitida pelo
237 INEMA em relação a CTVR da Naturalle e manutenção da primeira licença que nega a
238 implantação deste empreendimento sobre aquífero e demais restrições”. Foi projetado a
239 minuta da Moção de manutenção, bem como foi realizada sua leitura e foi pedido, por
240 Adriana Castro/ Subcomitê do Litoral Norte- INEMA, para que os membros presentes
241 focassem na necessidade de exclusão de alguma informação incoerente, não em alteração
242 do texto que o modificasse substancialmente. Juçara Tanajura/ FIEB aponta que achou o
243 texto muito severo e não concordou com a sua redação, pois parece um tanto agressivo com
244 o trabalho realizado pelo INEMA na concessão da sobredita licença. Alerta ainda que o
245 trabalho do Comitê não é entrar em conflito com INEMA, bem como ressalta que isso é sua
246 opinião e que a Moção poderá continuar se a maioria assim decidir, mas deixando claro que
247 ela é contra. Luis Galvão/ FIEB acredita que a referida Moção acirrará os ânimos dos
248 servidores, portanto, é melhor se valer primeiramente de um diálogo amigável. Adriana
249 Castro/ Subcomitê do Litoral Norte- INEMA explicou que o que está sendo discutido no
250 momento é a redação da Moção. Miriã Caetano/ SEMA pontuou que é natural o choque,
251 visto que o texto foi apresentado na presente reunião e questionou a Jussara se o que ela
252 está em desacordo é do “Resolve” ou do texto da Moção, pois o que ela entendeu foi do
253 desacordo do “Resolve”, sendo tal entendimento confirmado por Jussara. Foi solicitado um
254 texto alternativo para que houvesse a substituição. Jussara Tanajura/ FIEB enviou o texto
255 pelo chat da reunião. Miriã Caetano/ SEMA fez as seguintes propostas: I – manter o texto;
256 ou, II – substituir a expressão “nulidade” por “reavaliação” (conforme sugerida por Jussara
257 Tanajura). Após a votação foi decidido que o texto da Moção seguirá com a expressão
258 “nulidade”. Jussara Tanajura votou na proposta II e solicitou que constasse em Ata sobre ser
259 favorável a Moção com a ressalva. Em seguida passou para **6º Ponto de Pauta, Outros**
260 **Informes**, Renato Cunha/GAMBA solicitou para a próxima reunião uma Moção para
261 assinatura do Decreto Municipal pelo Prefeito de Salvador que cria a REVIS (Refúgio de
262 Vida Silvestre) no Vale Encantado, no bairro de Patamares, em Salvador. Passando para o



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
Secretaria do Meio Ambiente - SEMA
COMITÊ ESTADUAL DA RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA - BAHIA



263 **7º Ponto de Pauta.** O que ocorrer, não havendo nada para ser tratado, a reunião foi
264 encerrada. Esta ata será encaminhada à todos os membros do CERBMA-BA para inclusão
265 de suas considerações em meio eletrônico, sendo aprovada na plenária do Comitê.

266

267 Adriana Lúcia Batista de Castro – SCBRMA-LN/INEMA (Coordenadora CERBMA-BA)

268 Renato Pêgas Paes da Cunha – GAMBÁ (Vice Coordenador do CERBMA-BA)

269 Durval Libânio Netto Mello – SEMA

270 Breno de Souza Pessosoa – Instituto Floresta Viva

271 Fábio Pedro Souza de Ferreira Bandeira – UESF

272 Jorge Tadeu de Souza – SCRBMA-LN - Bensal do Brasil

273 Juçara Leão Tanajura - SINDUSCOM/BA

274 Luis Fernando Galvão de Almeida - FIEB

275 Moacir Santos Tinoco - Universidade Católica do Salvador – UCSAL

276 Maria Izabel Nunes de Almeida - Fundação Terra Mirim

277 Miguel Accioly - UFBA

278 Miriã Caetano da Silva – SECEX/SEMA

279 Willian walter Picket - SETUR

280 Ianara da Silva Reis– COELBA